

**O Patriarca e o Vice-rei:  
Diferenças na prática epistolar do 2º marquês do Lavradio (1768)**

**The Patriarch and the Viceroy:  
Differences in the Epistolary Practice of the 2nd Marquis of Lavradio  
(1768)**

DOI:10.34117/bjdv5n12-164

Recebimento dos originais: 10/11/2019

Aceitação para publicação: 11/12/2019

**Caroline Cardoso Alexandre dos Santos**

Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Atualmente, cursa mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Jacqueline Hermann.

E-mail: carol.cardoso.alexandre@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo visa tecer algumas considerações acerca da prática epistolar do 2º marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal, durante seu governo da capitania da Bahia. Para tal, foram analisada algumas epistolas enviadas a seus dois tios: Principal de Almeida, Patriarca de Lisboa e o conde de Azambuja, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, 10º vice-rei do Brasil. Buscou-se observar temas em comum entre as duas correspondências e também suas diferenças. Os personagens foram escolhidos devido a proximidade da relação afetiva com o marquês, além da proeminência e importância de seus cargos.

**Palavras Chaves:** escrita epistolar; história colonial; marquês do Lavradio

**ABSTRACT**

This article aims to make some considerations about the epistolary practice of the 2nd Marquis of Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal, during his government of the captaincy of Bahia. To this end, some epistles sent to his two uncles were analyzed: Principal of Almeida, Patriarch of Lisbon and the Count of Azambuja, Dom Antonio Rolim de Moura Tavares, 10th Viceroy of Brazil. We sought to observe common themes between the two correspondences and also their differences. The characters were chosen due to the proximity of the relationship with the marquis, as well as the prominence and importance of their positions.

**Keywords:** epistolary writing; colonial history; Marquis of Lavradio

## 1 INTRODUÇÃO

O império português constituiu-se como um dos maiores de seu tempo, possuindo territórios nas Índias, América e África. Naturalmente, para se conseguir administrar todo esse vasto espaço, era necessário um grande número de fidalgos a serviço do reino. Contudo, como manter a coesão desse reino apartado por tão longínquas distâncias? Como relatar as ordens, manter as sociabilidades, receber informações sobre o fisco, plantações, o cotidiano e tantos outros aspectos?

Nesse sentido, saliento a perspectiva de Antônio Manuel Hespanha que classifica o império português como “o império do papel”, ao demonstrar a enorme importância da comunicação escrita desse espaço. As missivas eram o instrumento de sua época, onde “a carta teria o poder de unir os distantes, de torná-los próximos.”<sup>1</sup>

À vista disso, considero que “a carta é um produto social e cultural, criada com a intenção de atender a uma das necessidades humanas, a comunicação à distância, pois, com arte e sensibilidade, a escrita de cartas permitiu durante séculos o conhecidíssimo sentido *de conversação entre os ausentes*.”<sup>2</sup> Partindo desse entendimento, busco observar algumas questões dentro das inúmeras cartas que compõem parte da documentação pessoal de um fidalgo português enviado para a administração colonial, o 2º marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal.

Após o falecimento de seu pai em 1760, Lavradio foi elevado ao posto de chefe de sua Casa, uma vez que era o filho homem primogênito. Aqui se faz necessária a desambiguação do sentido desta palavra, visto que *Casa*, na época moderna, abarcava sentidos muito mais amplos do que os encontrados atualmente.

“Casa” não significava apenas — esse seria, aliás, o seu sentido menos importante — “local de residência”, “coabitação”; “casa” era um dos sinônimos de família e possuía um conteúdo que considerava não apenas aqueles que viviam numa mesma residência, mas todos quantos se encontravam ligados por laços de sangue (consanguinidade), pelo parentesco espiritual (compadrio) e por afinidade. Dito de outra maneira: a casa era não apenas domos (casa-edifício), mas também domus (casa-família), estando este último sentido intimamente associado ao conceito de linhagem e ao nome (apelido) familiar.

---

<sup>1</sup>Cf. HESPANHA, Antônio Manuel. **As vésperas do leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII**. Livraria Almedina, 1994.

<sup>2</sup>CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar. A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768-1779)**, p.32. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Dentro desse contexto, o primeiro cargo pensado para D. Luís de Almeida foi de tutor do neto de Dom José I.<sup>3</sup> Contudo, por intermédio do conde de Oeiras e marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o soberano acabou por indicar o jovem Lavradio para um outro posto: governador da antiga capital do Brasil, a Bahia.

Essa decisão está altamente relacionada ao fato de que os governadores coloniais predecessores ao marquês de Lavradio morriam muito rápido ao chegar à colônia e que em um período de crise da mineração e mudança da capital, um jovem fidalgo era a pessoa necessária para se administrar uma capitania tão importante, segundo o próprio Pombal.<sup>4</sup>

É nesse contexto que serão produzidas as chamadas *cartas de amizade*<sup>5</sup>, uma coletânea de epístolas enviadas para pessoas mais próximas, como seus tios e genros, além de amigos, contendo assuntos particulares e referências (ou não) ao governo colonial.

“A denominação de amizade aparece nos cabeçalhos das cartas registradas nos códices e algumas apresentam as duas classificações – amizade e ofício. (...) constatamos que Lavradio de modo consciente se situava entre duas escritas, ao saber quando tinha que ser o governador a escrever ou o marquês.”<sup>6</sup>

Essa coletânea tem, ao total, 557 missivas que serão subdivididas entre as cartas da Bahia (1768), enquanto D. Luís ocupa o cargo de governador da capitania e cartas do Rio de Janeiro (1769-1779), quando será elevado ao posto de vice-rei do Brasil. Dentro dessas correspondências, encontraremos diversos aspectos da vida de Lavradio, como a necessidade de pedir por “luzes” ao seu governo, o medo de errar e perder suas redes de sociabilidade pois, segundo o mesmo “ao longe é que soam mais os desacertos”.

Também se fazem presentes as *saudades*, as angústias, a falta de notícias que considerava importantes, a inquietação, as impressões sobre o além-mar, reclamações sobre o seu cotidiano e a quantidade de trabalho que a capitania o exigia, sempre relatando os casos de maus hábitos de soldados ruins, capitães-mores desertores e uma população que não dispunha das qualidades dos habitantes de Lisboa.

<sup>3</sup>ALDEN, Dauril. Royal Government in Colonial Brazil; WithSpecialReferencetotheAdministrationoftheMarquisof Lavradio, Viceroy, p.7. 1769. Berkeley/Los Angeles: UniversityofCalifornia Press, 1968.

<sup>4</sup>Cf. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A produção e a conservação das cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, como problemática de análise. Revista do Arquivo, n. 1, 2015.

<sup>5</sup> O próprio pai de D. Luís de Almeida foi enviado ao governo da capitania da Bahia e morreu seis meses depois de assumir o posto.

<sup>6</sup>Conceição, op.cit., p.72

Além disso, expunha, também, a constante inquietação de quando seria possível retornar a quinta da conceição, uma das moradas da família, pelo temor de não conseguir fazê-lo ainda em vida. Essa vontade vinha, quase sempre, acompanhada das reclamações sobre os mosquitos e o calor que incomodavam muito a sua saúde.<sup>7</sup>

A partir dos exemplos citados, busco corroborar o entendimento de que “as cartas não testemunham, nem significam nada mais que a sua própria tradição e dinâmica formal não possa acomodar. Bem ao contrário, os conteúdos mais complexos, (...) são funções estritas dessa acomodação histórica do gênero”<sup>8</sup>

Para fins de análise do presente artigo, debruço-me sobre a primeira coleção referenciada, pois acredito ser mais profícua a análise de um menor período de tempo para a realização do trabalho proposto. Os destinatários escolhidos foram os dois tios do marquês: Conde de Azambuja, que no ano de 1768, ocupava o cargo de vice-rei e Principal de Almeida, patriarca de Lisboa.

Além disso, outra característica que se faz necessária explicitar, é o processo de tratamento que esse acervo recebeu, pois diferentemente de muitos documentos do século XVIII, esta não se encontra em livros de registro ou em microfimes dentro de instituições arquivísticas. Abaixo, seguem algumas informações sobre a grande particularidade das *cartas de amizade* do marquês do Lavradio e, porque apesar de sua grande falta de ineditismo, as mesmas continuam a suscitar questões dentro dos diversos campos da história moderna.

“(...) posteriormente, em 1995, doou o acervo ao Arquivo Nacional, uma instituição pública, surgida com o estabelecimento do Estado brasileiro. Entretanto, antes desta expressiva parcela do Arquivo Lavradio ingressar no AN, em 1965 a instituição comprou dois livros de registro com cartas ativas de D. Luís, e por ele definidas como cartas de amizade, sendo que não constam informações relativas ao vendedor. Esse acervo é bastante singular, considerando que raramente os governadores produziram livros de registro de cartas particulares. Os livros reúnem o registro de 139 cartas enviadas quando o Marquês de Lavradio era governador na capitania da Bahia, e 418 remetidas do Rio de Janeiro, somando 557 missivas. Estas cartas tornaram-se as mais conhecidas entre os pesquisadores do período colonial, pois entre os anos de 1972, 1975 e 1978 foram editadas e publicadas com o apoio do Arquivo Nacional – oferecendo uma maior circularidade para a prática epistolar produzida por D. Luís de Almeida.”<sup>9</sup>

<sup>7 7</sup> ALARCÃO, Luís de Almeida Soares Portugal et al. **Cartas da Bahia, 1768-1769**. Arquivo Nacional, 1972.

<sup>8</sup>VÁZQUEZ, Raquel Bello. A correspondência na segunda metade do século XVIII como espaço de sociabilidade. **Romance Notes**, v. 48, n. 1, p. 79, 2007.

<sup>9</sup>Conceição, op.cit, p.

Serão analisadas 15 correspondências dentro deste grandioso número de 139 epístolas. É importante ressaltar que a documentação em questão é apenas a ativa, sendo impossível saber quais são as respostas dadas às demandas que surgiam. Essa é uma característica que não se deve encarar como puro acaso, considerando que, em comparação entre o marquês de Lavradio e o Morgado de Matheus, personagem contemporâneo de D. Luís, Adriana Angelita afirma que ambos eram: “prolixos e sistemáticos na produção, guarda e organização dos documentos testemunhais de seus governos, assim como na distribuição e aplicação dos documentos dispositivos recebidos da corte”<sup>10</sup> Desta forma, é mais provável que por quaisquer que sejam as razões, o marquês não se interessasse em manter registradas as réplicas que recebia em suas missivas.

Portanto, busco aqui aproximações e distanciamentos entre os discursos presentes nas correspondências endereçadas aos dois tios. Faço saber que a escolha pelo vocábulo *discurso* que, usualmente, é utilizado para a comunicação verbal, pode parecer um erro à primeira vista. Contudo, realço que essa é uma escolha consciente do termo a partir de formulações presentes na própria correspondência, como por exemplo, momentos onde o Lavradio afirma que às vezes parece estar se enganando, pois se sente que está a ter gostosas conversas com tio, porém que isso não o faz aguentar melhor as saudades.<sup>11</sup>

Para tanto, busquei também observar, dentro da prática epistolar, alguns sentimentos que perpassavam ora o remetente, ora o destinatário. Posto isso, dou destaque à formulação de que devemos “pensar a carta vinculada à voz de quem a escreveu, através da interligação da sensação de fala e escuta, deve ser atrelada a consideração de que se existe voz, a carta representa alguém, a escrita não está solta no tempo e nem livre de uma paternidade. Pois a sonância epistolar representa o remetente no seu destino.”<sup>12</sup>

## **2 FONTES E METODOLOGIA**

A metodologia aplicada consiste em procurar os temas que mais se repetem na escrita de D. Luís de Almeida, além de observar também a disposição desses elementos no texto, visto que tudo dentro da prática epistolar é possuidor de significados. Neste sentido, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre o que é, de fato, entendido como esse tipo de texto.

---

<sup>10</sup>Idem, p.6.

<sup>11</sup> Idem, p.

<sup>12</sup> Idem, p.

“Acreditamos que o modo epistolar possui certos predicados essenciais que configuram sua identidade, garantindo-lhe uma certa autonomia. Dentre essas características, salientamos de forma sintética como as mais relevantes, as seguintes: funda-se sempre num registro escrito decorrente de uma ausência, aspecto que tem inúmeras consequências do ponto de vista discursivo, formal e linguístico – a necessidade da presença de certos elementos peritextuais, como a data, a assinatura; a presença da deixis; a polivalência temporal; a inscrição do destinatário no enunciado textual, etc.; tem um forte carácter dialógico, pois a interação entre os intervenientes no processo comunicativo é fundamental; revela um carácter ritualizado, fundado num pacto – o pacto epistolar – decorrente da estreita articulação entre o individual e o social, o refletido e o espontâneo; trata-se de um modo que possibilita o cruzamento com variados tipos de texto e de modos fundacionais e que se materializa num vasto leque de gêneros; dada a sua polivalência e plasticidade, não revela restrições temáticas, permitindo a abordagem a qualquer tema ou assunto; é permeável a qualquer registro linguístico, do mais formal ao mais familiar.”<sup>13</sup>

A primeira carta da coletânea *cartas da Bahia* já é de um dos destinatários de interesse. Em 5 de maio de 1768, Lavradio escreve ao Tio Principal de Almeida para contar os infortúnios de sua viagem ao Brasil. É curioso notar que, ao relatar o mesmo episódio ao rei Dom José I, afirma apenas que fez “56 dias de feliz navegação”<sup>14</sup>. Para seu parentado, entretanto, a narração é mais detalhada em torno de suas queixas:

“Finalmente saí desse porto não só quando esperava, mas sem ter o gosto de ter tomado a benção de V.Ex<sup>a</sup> de que com ela recebera as suas últimas ordens. Fizemos à vela no dia 24 de fevereiro, sendo que um vento tão escasso, que não fosse a grandíssima força que tinha a corrente d’água, não seria possível o deitarmos nesse dia fora da barra, porém finalmente saímos com muito-bom sucesso e trouxemos até este porto de Pernambuco, em 6 de abril, com 42 dias de viagem; os primeiros cinco dias passei sem vomitar, porém de tal forma ansioso e falto de minhas ações naturais, que andava como insensato, no dia quinto para o sexto, principiei a vomitar e me durou este penosíssimo trabalho onze dias em que não pude nem por um só instante levantar-me da cama.”<sup>15</sup>

É intrigante perceber que na escrita para seu parentado suas queixas e aborrecimentos se mostram muito mais pungentes do que ao falar com o soberano. Essa fluidez e diversidade entre os assuntos também é observada dentro das próprias relações familiares. Na primeira missiva enviada ao Conde de Azambuja, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, o outro tio que ocupava o cargo de vice-rei do Brasil, por exemplo, não há menção a qualquer informação sobre a viagem de vinda ao território da Bahia.

<sup>13</sup> Ver:

[https://www.academia.edu/9984188/O modos epistolares e o debate público e privado a carta nos séculos XVIII e XIX.](https://www.academia.edu/9984188/O_modos_epistolares_e_o_debate_publico_e_privado_a_carta_nos_sculos_XVIII_e_XIX)

<sup>14</sup> Carta do 2º marquês do Lavradio ao Rei Dom José I, Bahia, 28 de abril de 1768, AN\_C\_024\_97\_f\_1.27.

<sup>15</sup> Alarcão, op.cit., p.10

Para esse destinatário, a primeira correspondência é permeada por assuntos administrativos como relatar o estado do corpo da relação da capitania, a casa fazenda e a administração da ribeira. Além disso, o marquês discorre longamente sobre assuntos militares (fortificações, soldos, número de soldados por companhia). Essa informação é, particularmente, intrigante, pois dialoga com a hipótese levantada por Dauril Alden que D.Luís teria ido estudar artes militares em Paris, porém tal informação, esta não conseguiu ser confirmada pelo autor.<sup>16</sup>

Uma semelhança muito forte encontrada é a maneira com que se faz a introdução dentro das epístolas endereçadas a ambos os destinatários, Dom Antonio Rolim e Principal de Almeida, as quais são sempre marcadas por uma calorosa saudação e informes sobre a vida cotidiana de D. Luís, porém tais relatos ocorriam em maior ou menor escala dependendo de sua carga de trabalho neste “miserável estado em que se achava este governo”.<sup>17</sup> Essa afetividade é marcada por fatores que dialogam com a cultura política do Ancien Regime, onde “numa sociedade regulada pela lógica do favorecimento pessoal, privar da amizade e do afeto de alguém mais poderoso e superior tornava-se a priori o elemento mais significativo para quem possuía ambições políticas.”<sup>18</sup>

Considerando a especificidade dos próprios destinatários, faz-se necessário um diálogo sobre o papel da família na aristocracia lusitana do século XVIII. Para além de constituir importantíssimos laços de sociabilidade:

“Todos tinham uma família. E, para além disso, todos a tinham como um facto natural, isto é, fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas. Relações e sentimentos que, por isso mesmo, eram iguais em todas as famílias, porque eram independentes da vontade dos seus membros.”

Desta maneira, ter seus tios como grandes dos seus correspondentes está em uma das marcas da vida cotidiana do marquês de Lavradio. Sua relação com Principal de Almeida, homem que também era patriarca de Lisboa, era sempre muito estreita. Nas epístolas enviadas para ele, os relatos sobre as primeiras impressões que possuiu ao chegar à Bahia são riquíssimos na quantidade de detalhes.

---

<sup>16</sup> Alden, op.cit., p.9

<sup>17</sup> Alarcão, op.cit., p.8

<sup>18</sup> DE OLIVEIRA, Ricardo. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 97, 2006.

“Naquele porto desembarquei no dia em que foi para terra o governo, a sua situação é muito bonita, porém os seus habitantes, e os costumes de que usam, e eu pude ver, me pareceram muito mal: não vi que uma inumerável multidão de negros, a maior parte deles nus, porque destes os que pareciam mais compostos, era trazendo uma camisa solta no corpo, sem trazerem nem calções, nem ela ser presa ou abotoada por parte alguma, foi de grandíssimo trabalho o descobrir algum branco, isto é que verdadeiramente ao fosse, porque os que lá chamam de branco, passam entre nós com muito favor por mulatos, o cuidado e modéstia no vestir é quase o mesmo nos homens que nas mulheres; confesso a V.ex.<sup>a</sup> que quando se não olha para o campo, que é mito vistoso, todos os meus sentidos ali padecem, os olhos sumamente escandalizados, os narizes da mesma forma do fedor insuportável de catinga, finalmente o gosto também padece, porque as carnes que se comem aqui são a maior parte dela sensaboríssimas, o que por cá chamam de frutas são insuportáveis, e só as que são do nosso conhecimento da Europa, são aqui comíveis, porque tudo o que mais são como pepinos de São Gregório, bugalhos, e outras coisas desta qualidade que nascem lá nos nossos matos.”<sup>19</sup>

Uma das palavras presentes nesta parte do documento aparece como a mais escrita e uma das maiores preocupações de D. Luís: em destaque sempre se nota o governo da capitania e como sua governança era percebida por outros da nobreza. Isso se dá ao fato de que “acusações de desmandos, desobediências, improbidades e intrigas recaíam com certa frequência sobre os governantes, comprometendo não só a sua honra, mas a obtenção de mercês pelos serviços prestados no ultramar”<sup>20</sup> Com o patriarca de Lisboa, indagações de seus acertos, erros e possíveis repercussões desses fatores na corte eram comuns.

Essa característica pode ser observada nas cartas endereçadas ao Conde de Azambuja de uma maneira um pouco diferente, uma vez que com o vice-rei, os momentos nos quais é abordado esse tópico, em sua maioria, vêm acompanhados de pedido de “luzes” e deixando claras a necessidade e vontade de tomar todas as decisões para favorecer e fortalecer a coroa de Portugal e manter sua boa honra.

Em carta ao tio Dom Antônio em 19 de junho de 1769, esse aspecto aparece de forma bastante explícita e reforçada, quando D. Luís escreve:

“Deu-me conta o comandante da nau que vindo à altura de Pernambuco encontrara ventos tão contrários e ao mesmo tempo correntes tão fortes que não se atreva a tomar aquele porto atendendo também o vir a nau fazendo agua e ter-se na viagem descoberto virem as bombas incapazes de serviço, além da falta de mil outras coisas precisas para poderem remediar algum estrago que lhe pudesse causar ou persistir na diligência de entrar naquele porto com tempo semelhante, sendo este o motivo de vir primeiro a este porto do que fosse ao para onde vinha destinado: até o dia de hoje se tem feito toda a diligência por se descobrir a parte por onde donde faz água, porém assenta-se ser tão funda que se faz necessário descarrega-la, porque de outra forma se não podem fazer os exames precisos, e todo mais conserto de que ela tanto vem necessitada; eu fico nesta diligência com a maior eficácia para com a brevidade que for possível faze-la sair a conduzir os governos de Pernambuco, e logo que o Conde de Povolide tome posse

<sup>19</sup> Alarcão, op.cit., p.9

<sup>20</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, p. 321, 2004.

desse governo, ter eu a honra de ir a presença de V.Ex<sup>a</sup> aproveitar-me das suas instruções, do seu conselho, mostrando ao menos no que depende de mim que procuro todos os meios para os meus desacertos não sejam tão consideráveis.”<sup>21</sup>

Outra temática muito recorrente nas correspondências para ambos os tios, é a pungente necessidade de notícias da corte. Em todas as missivas foram encontradas, pelo menos uma referência, ao desejo de atualizações sobre o cotidiano do qual Lavradio se encontrava, fisicamente, impossibilitado de participar. A limitação era algo que se apresenta como um grande incômodo, principalmente quando alguma embarcação com correspondências chegava e esta não continha nenhuma mensagem de correspondentes como a marquesa do Lavradio, suas filhas e filhos ou de outros amigos.

Há de se ressaltar que “o amor e a amizade eram vistos como elementos essenciais para a construção de laços societários e das formas de normatização da vida comunitária, possuindo uma dimensão social real e profundamente enraizada na vida cotidiana, algo que ultrapassava o nível do discurso racionalmente conduzido.”. <sup>22</sup>Portanto, ao passar períodos entre 6 a 8 meses afastado da possibilidade de entrar em contato com pessoas de sua estima, esse impedimento poderia atrapalhar de forma permanente as redes de sociabilidade construídas por D. Luís, essas que desempenhavam um grande papel em zelar por seu bom nome.

Em conluio, reclamações sobre a saúde e o clima também aparecem constantemente. Este é outro fator que, em quase na totalidade das cartas pesquisadas, há pelo menos uma menção sobre durante a escrita.

Adentrando as sumas diferenças dentro da documentação, o que se analisou foi a referência ou não de assuntos como: a estratégia de militar, crimes cometidos e questões religiosas. A Dom Antônio, Conde de Azambuja, são frequentes as considerações sobre o trabalho de reorganizar a frota de oficiais da capitania, além de informações sobre desertores e outros tipos de criminosos. “V.ex.<sup>a</sup> prevenindo de paciência para sofrer-me, porque como os meus desejos são todos de acertar no serviço de Sua Majestade e me faltam as luzes, e conhecimentos necessários, e me é indispensável deixar de recorrer às pessoas como V.ex.<sup>a</sup> que tão felizmente tem se distinguido no acerto com há tantos anos governa.”<sup>23</sup>

Esse tipo de ponderação não é explicitado ao arcebispo regedor, o tio Principal de Almeida, com quem D. Luís exprime muito mais questões de fé e pedidos de favorecimentos a outros. “O valimento era uma prática muito comum e valorizada na sociedade setecentista

---

<sup>21</sup> Alarcão, op.cit., p. 105

<sup>22</sup> Oliveira, op.cit, p.102

<sup>23</sup> Alarcão, op.cit, p.20

portuguesa. Portanto, pedir esses favorecimentos também mantinham vivas redes de sociabilidade temporariamente apartadas pelo além-mar.

“Em síntese, pode-se dizer que o fenômeno do valimento se relaciona de maneira indissociável com a problemática dos afetos. No período, gozar do favor e da proteção de alguém mais poderoso e influente, senão do próprio Príncipe, constituía-se em elemento estruturante na corrida pelas oportunidades.”<sup>24</sup>

### 3 CONCLUSÃO

No pequeno espaço deste artigo, buscou-se tecer algumas considerações acerca da prática epistolar do 2º marquês do Lavradio. Foi realçado o papel da correspondência enquanto um espaço de sociabilidade no século XVIII e, a partir disso, exprimir as diferenciações presentes dentro do *discurso* presente em um espaço escrito.

Deste modo, pretendeu-se também demonstrar que as ações de D. Luís estavam imbricadas em um contexto que poderiam manter vivas suas redes de contato, honra e bom nome ou, ao mesmo tempo, trazer um afastamento da corte, a desgraça de sua família e de sua *Casa*. Um dos objetivos aqui perseguidos foi demonstrar as maiores preocupações desse personagem inscrito no mundo do império português, um governador colonial dos setecentos, aviventando questões para além das explorações realizadas no território brasileiro.

### REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Luís de Almeida Soares Portugal et al. **Cartas da Bahia, 1768-1769**. Arquivo Nacional. 1972.

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil; With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.

---

<sup>24</sup> Oliveira, op.cit, p.111

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A produção e a conservação das cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, como problemática de análise. **Revista do Arquivo**, n. 1, 2015.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar. A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768-1779)**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE OLIVEIRA, Ricardo. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 97, 2006.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII**. Livraria Almedina, 1994.

PEIXINHO, Ana Teresa. O epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX. In: **6º Congresso SOPCOM**. 2009.

VÁZQUEZ, Raquel Bello. A correspondência na segunda metade do século XVIII como espaço de sociabilidade. **Romance Notes**, v. 48, n. 1, p. 79, 2007.

## ANEXOS

Anexo 01: Tabela demonstrativa sobre o teor das correspondências.

Principal de Almeida	Conde de Azambuja	Diferenças
Introdução da carta: Saudação e informes	Introdução da carta: Saudação e informes	Na introdução não foram encontradas diferenças significativas.
Principais tópicos, em ordem de aparição: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo</li> <li>• Questões sobre a religião</li> <li>• Indagações sobre notícias da corte</li> <li>• Reclamações sobre sua saúde e clima</li> <li>• Pedidos de favores para si ou outros</li> </ul>	Principais tópicos em ordem de aparição: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo</li> <li>• Estado das tropas</li> <li>• Crimes cometidos</li> <li>• Gêneros alimentícios</li> <li>• Reclamações sobre sua saúde e o clima</li> </ul>	Diferenças principais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Referenciação ou não a assuntos como:</li> <li>• Crime</li> <li>• Religião</li> <li>• Favores</li> </ul>
Final da carta: Pedidos de notícias (da <i>casa e da corte</i> ), favores e “luzes”	Pedido de notícias (do próprio tio) e “luzes”	Ao fim da carta: Para o conde de Azambuja, quase não se nota pedidos de favores. Além disso, a ocorrência de pedidos de “luzes” para esse correspondente

é maior do que para o tio  
Principal de Almeida.